

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: DEPTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/ DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

REFERENTE: PAC - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

EXERCÍCIO: 2025

INTRODUÇÃO:

- Plano Anual de Contratações PAC é o documento que consolida todas as compras e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no ano seguinte, e contempla <u>bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação</u>, de maneira objetiva em subsidiar a elaboração das leis orçamentárias e evitar o fracionamento de despesas, bem como sinalizar intenções ao mercado fornecedor de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade, entre inúmeros beneficio e governança a Administração.
- 1.2. Previsto no <u>Decreto-lei nº 200/1967</u>, o planejamento é um princípio fundamental da administração pública que deve nortear todas as suas atividades. Assim, com o intuito de fortalecer esse importante princípio, e consubstanciado no <u>Acórdão TCU nº 2.622/2015</u>, foi publicada a <u>Instrução Normativa nº 1, de 2019</u>, simplificando os procedimentos para elaboração do Plano Anual de Contratações PAC.
- 1.3. Para que a gestão das contratações seja eficiente, é importante que haja um planejamento adequado das compras públicas. O planejamento é um princípio fundamental da administração pública e, portanto, deverá manifestar-se em todas as suas atividades.
- 1.4. Segundo a <u>Lei de Licitações nº 14.133/21, especificamente no art. 12, VI</u>, versa sobre a elaboração de um Plano Anual de Contratações (PAC), a saber:

"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (Regulamento)

§ 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.

- Já o Decreto Federal nº 10.947/22 regulamenta inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, supracitado em dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que após a aprovação deve contudo ser publicado no portal PNCP Portal Nacional de Contratações Publicas. Ademais, indispensável à divulgação e manutenção do PCA em sítio eletrônico oficial nos termos do art. 12, §1º e sua disponibilização no PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas, consoante estabelecido no art. 174, §2º, I.
- 1.6. Conforme preconiza o dispositivo legal, o PAC visa à racionalização das contratações e isso quer dizer que o objetivo é fazer uma programação da necessidade de determinada contratação, através da previsão de consumo, a partir do prognóstico da sua utilização provável e necessária.
- 1.7. Portanto, o PAC será o regulamento responsável por consolidar todas as contratações de bens e serviços previstas para o ano posterior e garantirá o alinhamento com o planejamento estratégico, bem como pareça um ato burocrático, possui vantagens bastante expressivas, além de ser uma poderosa ferramenta para a construção de uma Lei Orçamentária com alto grau de eficácia.

1



DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

- 2.1. O Departamento de Promoção e Assistência Social, prevê atendimentos à relativos, à assistência social que visam a prevenção e a minimização de riscos sociais, através da promoção da autonomia, emancipação, qualidade de vida, Convivência familiar e comunitária, efetivada nos diversos serviços, programas e projetos. Trata-se de ações diversificadas, principalmente através de atendimentos individuais e grupais junto à população mais vulnerável.
- 2.2. Cabe ao Departamento, portanto o planejamento de contratação anual, visando garantir o acesso à materiais e serviços, para efetividade das ações junto a população atendida, tanto aqueles materiais e serviços que envolvem a execução dos projetos sociais, como materiais e serviços que são destinados ao apoio junto a população. Ou seja, não há como garantir o atendimento socioassistencial sem que exista a garantia de materiais e serviços, além da necessidade de garantir a preparação dos equipamentos para que os profissionais tenham condições e ferramentas adequadas para atendimento da população. Trata-se ampla diversidade de materiais e serviços, os quais vão desde gêneros alimentícios, materiais pedagógicos, materiais de distribuição gratuita, capacitação de funcionários, manutenção de equipamentos, manutenção de imóveis, manutenção de veículos, combustível, aquisição de equipamentos permanentes, produtos de limpeza, locação de imóveis, entre outros.
- 2.3 O planejamento prevê ainda que a contratação anual, esteja alinhada com a Planejamento orçamentário, visando a economicidade na aquisição de materiais e serviços conforme estudo realizado pela gestão, a qual deve se atentar ao Estudo Técnico, analise da viabilidade da contratação bem como a necessidade da contratação pela Administração pública, visando o atender aos interesses da população assistida no âmbito da Assistência Social.
- 2.4 Todo o planejamento realizado deve ser encaminhado ao Departamento de Licitações e contratos, responsável pela formalização das etapas que antecedem a aquisição/contratação de materiais/serviços, amparado Lei Federal n° 14.133/21, em especiais aos arts 2°, 5°, 11° e 17°, a saber:

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;

II - compra, inclusive por encomenda;

III - locação;

IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

 I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

 III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.





DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

3.1. RESUMO:

TIPO DE ITEM	QUANTIDADE DE ITENS	%	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) Prevendo a inflação de 4.14%	%
MATERIAIS CONSUMO	21	37	1.005.000,00	25
MATERIAIS PERMANENTES	08	14	292.000,00	7
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	04	7	868.500,00 🗸	3
CONTRATAÇÃO CONTINUADO	12	21	2.192.000,00	55
CONTRATAÇÃO NÃO CONTINUADO	12	21	412.400,00	10
TOTAL GERAL	57	100	4.769.900,00	100

3.2. DETALHAMENTO DO PAC:

3.2.1. MATERIAL DE CONSUMO:

N° Item	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orçamentárias	Valor orgamentário estimado para o exercicio (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa
01	Consumo	Materiais de expediente/escritório	Sim	10.000,00	Não	Alta	Março 2025
02	Consumo	Materiais de limpeza	Sim	20.000,00	Não	Alta	Jan 2025
03	Consumo	Materiais de construção	Sim	5.000,00	Não	Baixa	Março 2025
04	Consumo	Divisórias e Forros	Sim	2.000,00	Não	Baixa	Março 2025
05	Consumo	Gêneros alimentícios	Sim	400.000,00	Não	Alta	Janeiro 2025
06	Consumo	Materiais pedagógicos, esportivos e culturais	Sim	25.000,00	Não	Alta	Fev 2025
07	Consumo	Materiais de artesanato	Sim	35.000,00	Não	Alta	Jan 2025
08	Consumo	Cesta Básica	Sim	350.000,00	Não	Alta	Janeiro 2025
09	Consumo	Combustivel e lubrificantes automotivos	Sim	35.000,00	Não	Alta	Junho 2025
10	Consumo	Materiais elétricos	Sim	10.000,00	Não	Média	Junho 2025
11	Consumo	Materiais de acondicionamento e embalagem descartaveis	Sim	8.000,00	Não	Baixa	Março 2025
12	Consumo	Material de cama, mesa e banho	Sim	6.000,00	Não	Média	Março 2025





DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

13	Consumo	Material de copa e cozinha	Sim	6.000,00	Não	Baixa	Maio 2025
14	Consumo	Gás e outros materiais engarrafados	Sim	14.000,00	Não	Alta	Maio 2025
15	Consumo	Marmitex – Alimento pronto	Sim	15.000,00	Não	Média	Março 2025
16	Consumo	Uniformes, tecidos e aviamentos	Sim	20.000,00	Não	Alta	Fev 2025
17	Consumo	Material de manutenção de bens móveis	Sim	6.000,00	Não	Baixa	Maio 2025
18	Consumo	Material de manutenção de bens imóveis	Sim	6.000,00	Não	Média	Maio 2025
19	Consumo	Material de informática	Sim	7.000,00	Não	Média	Junho 2025
20	Consumo	Material Gráfico	Sim	10.000,00	Não	Média	Julho 2025
21	Consumo	Material para proteção e segurança – EPI	Sim	15.000,00	Não	Alta	Março 2025

3.2.2. MATERIAL PERMANENTE:

N° Item	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orçamentárias	Valor orgamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa
01	Permanente	Materiais elétricos e hidraulicos	Sim	12.000,00	Não	Média	Março 2025
02	Permanente	Mobiliário de escritório	Sim	10.000,00	Não	Média	Abril 2025
03	Permanente	Suprimento de informática	Sim	5.000,00	Não	Alta	Junho 2025
04	Permanente	Persianas / cortinas	Sim	7.000,00	Não	Média	Abril/2025
05	Permanente	Equip. processamento de dados	Sim	80.000,00	Não	Média	Julho 2025
06	Permanente	Eletrodomésticos e mobilias em geral	Sim	50.000,00	Não	Média	Junho 2025
07	Permanente	Aparelhos multimídia (retroprojetor e som) áudio e video	Sim	8.000,000	Não	Média	Maio 2025
08	Permanente	Veículo	Sim	120.000,00	Não	Alta	Setembro 2025

3.2.3. SERVIÇOS:

N Item	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orgamentárias	Valor orgamentário estimado para o exercicio (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa
01	Prestação de serviços	Curso de capacitação PAIF/ PAEFI/SCFV/Serviço de Acolhimento Institucional, Bolsa Familia e Cadunico	Sim	10.000,00	Não	Alta	Abril 2025
02	Prestação de serviços	Chaves e vidros	Sim	3.500,00	Não	Baixa	Abril 2025
03	Prestação de serviços	Reforma em geral	Sim	850.000,00	Não	Média	Março 2025
04	Prestação de serviços	Manutenção equip elétricos em geral	Sim	5.000,00	Não	Média	Abr 2025



DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.2.4. CONTRATAÇÃO:

ltem	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orcamentárias.	Valor orgamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa	Necessidade de renovação
01	Serviço continuado	Locação de imóveis (Eq. Assistência)	Não	130.000,00	Não	Alta	Jan 2025	Sim
02	Serviço não continuado	Serviços de turismo (aquisição de passagens)	Sim	15.000,00	Não	Alta	Fev 2025	Sim
03	Serviço continuado	Internet	Sim	7.000,00	Não	Alta	Abril 2025	Sim
04	Serviço continuado	Telefonia fixa	Não	18.000,00	Não	Alta	Abril 2025	Sim
05	Serviço continuado	Telefonia móvel	Sim	5.000,00	Não	Alta	Abril 2025	Sim
06	Ser17viço continuado	Serviço de cópia e reprodução de documentos	Sim	7.000,00	Não	Alta	Abril 2025	Sim
07	Serviço continuado	Energia elétrica	Não	55.000,00	Não	Alta	Jan 2025	Sim
08	Serviço não continuado	Manutenção de ar condicionado	Sim	6.000,00	Não	Média	Maio 2025	Sim
09	Serviço não continuado	Seguro patrimonial	Sim	3.000,00	Não	Baixa	Março 225	Sim
10	Serviço continuado	Serviços de Assistência Social (aluguel Social)	Não	180.000,00	Não	Alta	Junho 2025	Sim
11	Serviço continuado	Serviços funerários	Não	40.000,00	Não	Alta	Agos 2025	Sim
12	Serviço continuado	Serviços de acolhimento institucional de idosos	Não	700.000,00	Não	Alta	Março 2025	Sim
13	Serviço continuado	Serviço de Residência Inclusiva	Não	300.000,00	Não	Alta	Jan 2025	Sim
14	Serviço não continuado	manutanção do gás	Sim	1.400,00	Não	Alta	Fev 2025	Sim
15	Serviço não continuado	Serviço de Prevenção e Proteção Contra Incêndio	Sim	300.000,00	Não	Alta	Fev 2025	Sim
16	Serviço continuado	Serviços Técnicos profissionais (Assessoria e oficinas)	Sim	170.000,00	Não	Média	Março 2025	Sim
17	Serviço não continuado		Sim	30.000,00	Não	Média	Março 2025	Sim
18	Serviço não continuado	Licenciamento	Sim	20.000,00	Não	Média	Maio 2025	Sim
19	Serviço não continuado		Sim	10.000,00	Não	Baixa	Junho 2025	Sim
20	Serviço não continuado	Video e Foto	Sim	5.000,00	Não	Baixa	Junho 2025	Sim
21	Serviço não continuado	Homenagens	Sim	12.000,00	Não	Média	Junho 2025	Sim
22	Serviço continuado	Setor)	Não	580,000,00	Não	Média	Abril 2025	Sim
23	Serviço não continuado	Serviço de manutenção	Sim	5.000,00	Não	Média	Junho 2025	Sim





DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

